

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM MS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
GEOGRAFIA**

EMILIO PAULO FILHO

**A PRESERVAÇÃO DA MATA CILIAR DO RIO
URUMBEVA NA ALDEIA INDÍGENA TERENA ÁGUA
BRANCA/BREJÃO – NIOAQUE/MS**

**JARDIM-MS
2013**

EMILIO PAULO FILHO

**A PRESERVAÇÃO DA MATA CILIAR DO RIO
URUMBEVA NA ALDEIA INDÍGENA TERENA ÁGUA
BRANCA/BREJÃO – NIOAQUE/MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim MS, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof.º Msc. Elvis dos Santos Mattos

**JARDIM-MS
2013**

FICHA CATALOGRAFICA

PAULO, E. F.

A preservação da mata ciliar do Rio Urumbeva na Aldeia Terena Água Branca/Brejão no município de Nioaque – MS

55 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof^o. Msc. Elvis dos Santos Mattos

1. Etnoecologia 2. Aldeia Terena 3. Mata Ciliar.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos e científicos.

Emílio Paulo Filho

TERMO DE APROVAÇÃO

EMILIO PAULO FILHO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

APROVADO: ___ / ___ / ___

**Orientador: Elvis dos Santos Mattos
Professor do Curso de Geografia, UEMS**

Colocar o nome

Colocar o nome

Jardim - MS, 30 de Novembro de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus familiares, aos meus amigos, a minha esposa Sandra Cristina de Souza pela compreensão. Dedico também ao meu orientador Professor Elvis dos Santos Mattos pela paciência, compreensão e companheirismo, por me orientar, não deixando de agradecer aos indígenas que prontamente responderam aos questionários para que eu pudesse terminar minha pesquisa de campo.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me ajudado e me dado forças para concluir este trabalho.

Aos colegas do Curso de Geografia.

Aos professores do Curso de Geografia pela contribuição ao longo desses quatro anos.

A minha esposa Dr^a Sandra Cristina de Souza, pela paciência e dedicação durante a realização dos trabalhos e minhas duas filhas Laura e Larissa que mesmo distante deram todo apoio para que o meu curso fosse concluído.

Aos (as) funcionários (as) da Biblioteca que tiveram a paciência de receber os livros sempre atrasados.

Ao meu amigo Paulo Augusto Junior, acadêmico do 4º ano de Eng^a. Florestal da UEMS de Aquidauana, que sem medir esforços me auxiliou na pesquisa do levantamento Fitossociológico.

EPIGRAFE

“Deus é o meu refugio e
fortaleza e Ele perfeitamente
desembaraça o meu caminho”.
II Samuel 22:33 (Bíblia)

RESUMO

Observamos que a área em que se encontra a aldeia Terena Água Branca, em Nioaque corresponde justamente a mancha verde de mata ciliar do rio Urumbeva que faz fronteira entre a aldeia e as fazendas da região, que praticam atividades agropecuárias. Isto nos instigou a pesquisar sobre a importância da preservação ambiental para esta comunidade indígena, grupos sociais que defendem o meio ambiente como um local de reprodução de sua cultura, que precisa ser respeitado, pois é dela que extrai: o combustível para o cozimento dos alimentos, o material de construção de suas casas, a planta milenarmente utilizada para tratamento de doenças e mais ainda preservação da saúde.

Palavras Chave: Etnoecologia, Aldeia Terena, Mata Ciliar.

ABSTRACT

We observe that the area where the village is Terena White Water in Nioaque corresponds exactly to the green spot Urumbeva riparian river that borders between the village and the farms of the region, who practice farming activities. This prompted us to investigate the importance of environmental preservation for this community. Indigenous communities understand the environment as a breeding site for their culture, which needs to be respected, because it is that draws: fuel for cooking food plant millennia used for treatment of diseases and further preservation of health, as a material construction to build their homes.

Keywords: Ethnoecology Village Terena, Riparian Forest.

LISTA DAS FIGURAS

Figura I – Localização da Aldeia Terena Água Branca/Brejão	20
Figura II – Casa tradicional Terena, feita de Palha de Bacuri e paredes de Tacuarucu batido.	41
Figura III – Pé de Angico (<i>Parapiptadenia pterosperma</i>) com aproximadamente 30 m de altura e 140 de diâmetro.....	43
Figura IV – Nessa foto podemos ver a densidade da mata onde podemos ver a presença de várias árvores com mais de 30 m de altura.	44
Figura V – Mostrando o leito do rio Urumbeva, a margem direita o lado da aldeia e a margem esquerda das fazendas visinha.	45
Figura VI – Embauva (<i>Cecropia sciadophylla Mart</i>) – arvore de pequeno porte e de predominância em local onde foi realizado o desmatamento.	46
Figura VII – Mapa delimitando o lado das fazendas e a Aldeia Água Branca/Brejão	47
Figura VIII – Casa tradicional Terena, feita de Taquara batida e coberta de palha de Acuri ou Bacuri, material retirado do Barreiro.	50

LISTA DE SIGLAS

APMT – Agencia Presbiteriana de Missões Transculturais
APP – Área de Preservação Permanente
CAD – Capacidade de Água Disponível
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
DAP – Diâmetro a Altura do Peito
DGI – Diretoria Geral dos Índios
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
PUC – Pontífice Universidade Católica
MS – Mato Grosso do Sul
SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
TI – Terra Indígena
UEMS – Universidade estadual de Mato Grosso do Sul
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados
UFGD – Universidade da Grande Dourados
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNIDERP - Universidade para O Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: PRESUPOSTO TEÓRICO E METODOLOGICOS	16
1.1. Geografia Cultural.....	16
1.2. Território.....	18
1.3. Meio Ambiente, Etnoecologia e Etnodesenvolvimento.	22
1.4. Memória e Identidade.....	25
1.5. Levantamento Fitossociológico.....	28
CAPÍTULO 2: O ETNO DESENVOLVIMENTO TERENA.....	30
2.1. Histórico de ocupação do Território.....	30
2.2. O uso do Território.....	37
CAPÍTULO 3: A PRESERVAÇÃO DA MATA CILIAR DO RIO URUMBEVA NA ÁREA INDÍGENA TERENA DE NIOAQUE.....	39
3.1. Percepção sobre Meio Ambiente, Etnoecologia e Etnodesenvolvimento para os indígenas Terena de Nioaque. . .	40
3.2. Comparação entre os dois lados da Mata Ciliar do Rio Urumbeva em sua fronteira com a aldeia e as fazendas da região. . .	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXOS.....	55

Introdução

A Geografia Cultural propõe novas possibilidades de reflexão e análise a partir da discussão de novos objetos, sujeitos e abordagens que entende cultura como:

“uma criação coletiva e renovada dos homens que molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organizar e de dominar o espaço. Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço.” Claval (1999, p.61)

A forma como os indígenas têm utilizado o seu espaço para viver e reproduzir sua cultura têm sido tema de muita incompreensão por parte da comunidade não-indígena. A produtividade das terras indígenas têm sido colocado como argumento contra a sua posse, em detrimento de atividades produtivas, são, segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1999:281)¹, representações sobre os indígenas, característica de uma experiência particular da sociedade brasileira e decorrente do próprio imaginário ocidental sobre os “primitivos” para negar-lhes direitos. Direitos estes muitas vezes recusados, utilizando a violência, conforme Santana (2010)² :

“O próprio acontecimento do contato e a apropriação das terras pelos portugueses engendra um tal número de questões que talvez possamos iniciar pelas seguintes indagações: qual seria o direito do conquistador português às terras indígenas conquistadas? Os processos de aldeamentos, missões, extermínios, descimentos (...) bastam para que o domínio branco sobre as terras seja considerado legítimo? O Direito deve legitimar terras anteriormente legalizadas por um ordenamento que hoje consideramos incabível, como a retirada das terras com o uso da violência? É possível pensar essa relação sem violência?”

Conforme relatórios do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, no Brasil a disputa por terras indígenas deixou em 2010, 60 índios mortos, e destes, 34 só no Mato Grosso do Sul, onde encontramos a maior densidade intra-aldeia do Brasil e uma das maiores do mundo na região sul do estado,³.

Como aponta Daniel Munduruku: “nós não dissociamos os recursos naturais, existentes em nossos territórios, do conhecimento tradicional dos pajés, para nós, Povos

¹ OLIVEIRA FILHO, J. P. – Ensaio de Antropologia Histórica, RJ, UFRJ, 1999.

² SANTANA, C. R. – “Pacificando” o direito: desconstrução, perspectivismo e justiça no direito indigenista, Dissertação de Mestrado, PUC/RIO, 2010

³ Relatórios do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) disponível em http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf, acessado em 17/02/2012

Indígenas, não se separa o canto da dança, a dança da reze, a erva da cura...”⁴ A conservação do meio ambiente nas áreas indígenas envolve então, a dinâmica de duas visões diferentes sobre os recursos naturais: uma que os vê como fonte de lucro, da sociedade de consumo, e outra que detém conhecimentos milenares sobre esta conservação, e que apesar de fazer parte desta sociedade de consumo também, os vê como fonte da própria vida.

Quem é retrógrado então, o índio e sua preocupação com a mata, a floresta, ou o capitalismo onde 20% da população consomem 80% dos recursos naturais?

Buscaremos compreender as representações da comunidade indígena Terena sobre a preservação das matas ciliares, áreas onde se situa a aldeia Água Branca, em Nioaque.

Considerando a importância da preservação das matas ciliares para a sobrevivência do ecossistema representado pelo Rio Urumbeva, este projeto constitui um momento de reflexão sobre como é realizado o planejamento espacial da comunidade, a fim de não desmatar esta área.

Para análise sobre as práticas de planejamento espacial com vistas a preservação da mata ciliar, utilizaremos o conceito de Little (2003) de etnoecologia que constitui-se num “estudo etnográfico e comparativo dos sistemas específicos que um grupo humano utiliza na interação com seu meio biofísico e social”, pois este conceito estabelece uma nova forma de analisar a relação entre os povos indígenas e o meio bifísico, saindo do lugar comum bifacetado que ora entende o índio como exemplo de harmonia com a natureza (reelaborando o mito do bom selvagem), ora impõe a superioridade da ciência ocidental sobre a incompleta ciência nativa (LITTLE, 2003, pág. 38).

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, apresenta a discussão dos pressupostos teóricos e metodológicos, onde tais pressupostos são comparados com a temática, apresentando as primeiras conclusões resultantes da análise dos levantamentos relacionados à geografia cultural, território e meio ambiente, etnoecologia e etnodesenvolvimento, memória e identidade e por último o levantamento fitossociológico.

No segundo capítulo foi discutido o etnodesenvolvimento Terena, onde faremos um levantamento histórico de ocupação do território, a ocupação e uso do território.

⁴ Apud Santana (2010: 126)

Já no terceiro capítulo faremos uma análise da preservação da mata ciliar do rio Urumbeva na área indígena Terena de Nioaque, a percepção sobre o Meio Ambiente, etnoecologia e etnodesenvolvimento para os indígenas Terena de Nioaque com o objetivo de entender como os Terena da aldeia Água Branca/Brejão realizam a preservação e a utilização da Mata Ciliar do Rio Urumbeva.

CAPITULO I – PRESSUPOSTO TEÓRICO E METODOLÓGICO.

1.1. Geografia Cultural

Os registros e relatos enaltecem a importância da “descoberta” feita pelos conquistadores do Brasil, apontando esse processo como sinônimo de progresso e de civilização, relatando os acontecimentos e as práticas como feitos históricos importantes para o crescimento e desenvolvimento da humanidade, não consideram a história construída por muitos anos, dos povos ocupantes deste território, com organizações sociais e culturais complexas. Os novos ocupantes invadem, exterminam, escravizam e impõe novos costumes e “valores” a este povo.

Do ponto de vista dos povos indígenas que ocupavam o território brasileiro, este processo afetou diretamente suas histórias, exterminou diversas culturas, alterou os costumes e inverteu significativamente seus valores (PREZIA-HOORNAERT, 2000).

Para Bittencourt e Ladeira (2001:19):

“a ocupação do território brasileiro foi sendo feita lentamente, durante muito tempo, por migrações de populações indígenas diferentes que estabeleceram contatos entre si, trocaram experiências, realizando alianças que enriqueceram suas heranças culturais ou, então fizeram guerras para dominar áreas mais férteis ou de fácil comunicação”.

Os territórios ocupados por estes povos foram dominados pelos colonizadores de diversas formas, àqueles que ousavam resistir em defesa de suas terras eram escravizados e dominados principalmente através de guerras e mortes, tendo como resultado disso a redução e extermínio de muitos povos indígenas.

Para Cunha (1987), a população indígena no Brasil foi reduzida, na década de 1980, acerca de 200 mil pessoas. Esta mesma autora, afirma que a expressiva diminuição se deu em consequência “das epidemias, das guerras, da escravização e, de forma geral, pelo avanço da fronteira econômica”. Este processo se deu em todo território brasileiro.

No Estado de Mato Grosso do Sul, quando os colonizadores europeus chegaram, nas primeiras décadas do século XVI, encontraram aqui um conjunto de sociedades indígenas, composto por etnias representantes de três dos quatro troncos linguísticos

que formam o universo etno-linguístico brasileiro, com sistemas culturais ricamente diferenciados (MARTINS, 2001:11).

Hoje já se tem certeza de que o alto Rio Negro foi o corredor pelo qual vieram os povos Aruak, caminhando na direção do sol nascente, procurando melhores terras para a sobrevivência de suas famílias (MANGOLIM, 1993:43).

Para entendermos um pouco sobre a geografia cultural dos Terenas onde a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. Analisaremos como a tradição é uma herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. (CLAVAL, 2007. p.65)

Ou seja, os Terenas foram adquirindo conhecimentos dos seus antepassados, junto com os acontecimentos que os indivíduos passaram em sua vida, sendo moldadas com o passar do tempo, o que proporcionou a estrutura de seu território flutuante, fazendo-se de base para a manutenção de sua identidade enquanto pertencente a sua etnia.

Cada cultura estabelece códigos que lhe são próprios. Passar de um a outro implica um aprendizado ou a intervenção de intermediários que assegurem a tradução. Isto coloca o problema das relações transculturais. (CLAVAL, 2007, p. 68)

Quando o professor Bernardino Nunes Laureano⁵, afirma que as crianças da Água Branca, aprendem em casa a preservar a mata, ele quis dizer que isso é uma prática que ela aprendeu com seus avós, isso que era ensinado para eles, que sua farmácia está na mata de onde pode ser retirado o remédio para a cura da diarreia, do vômito, da febre e de outros males, que é um costume passado de pai para filho ou do avô para o seu neto, ele afirma que muitas informações que ele adquiriu foram com seu avô, que passava horas e horas mostrando para ele a importância das ervas.

O Conhecimento teórico, as normas abstratas, o sistema religiosos o que é transmitido e que pertence em grande medida à categoria das maneiras de ver e de falar é visto por Claval (2007, p. 90) da seguinte forma.

⁵ Entrevista realizada com o Professor do Ensino Fundamental Bernardino Nunes Laureano de 39 anos morador da Aldeia Água Branca em Nioaque – MS, em 20 de agosto de 2013.

A vista é essencial para situar os objetos e os seres no espaço e apreender os movimentos; a audição dá uma dimensão sonora ao meio, suplementa (imperfeitamente) a vista para apreender a extensão e colore a vida de momentos de harmonia, de emoção, de medo ou de pânico; o odor ensina sobre as matérias e junta-se ao gosto para transformar o beber e o comer em prazeres. (Claval Paul. 2007, p. 83)

Para o Terena a sensação não é jamais pura, o individuo vive numa sociedade, utiliza um vocabulário de formas e de cores que predeterminam o que sente; ele percebe o mundo através dos parâmetros de leitura que recebeu. Seu olhar procura apreender os recortes que evocam as palavras que lhe foram transmitidas e as construções mentais que as completam. A cultura faz assim, passar de uns aos outros as representações coletivas. O que vemos no mundo e na sociedade é o que aprendemos a ver; nós o enunciamos nos termos que sabemos utilizar; certas pessoas são mais observadoras e provam ter um espírito mais curioso: seu olhar percebe mais detalhes e revela configurações que escapam aos outros. Mas a maneira como o campo visual é varrido, como os sons são analisados e os perfumes rememorados traz a marca de contextos comuns.

Cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais. Isto não ocorre sem influência sobre a afetividade e sobre a atividade. Para uns, o trovão que estoura manifesta a cólera dos deuses, enquanto que para outros, trata-se de um fenômeno elétrico do qual é possível se proteger com um para-raios.

Claval (2007, p. 54) mostra como o modo de transmissão dos conhecimentos e das regras de conduta têm um papel mediador dentro da cultura, articulando a percepção do meio e da paisagem em cada povo.

Pois é da mata que são extraídas as plantas medicinais, alimentos, materiais para confecção dos artesanatos, material para construção das casas, utensílios tradicionais, instrumentos musicais e religiosos, a lenha, e eventualmente alguma caça.

1.2. Território

O conceito de território tem sido discutido e desenvolvido por meio de diferentes abordagens onde cada autor vai definir sua linha de pesquisa conforme seus métodos e

concepções de interpretação da realidade. Mas o conceito de território vai ser discutido por meio das relações de poder entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições.

O território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2004, p. 35).

Sendo assim o lugar é o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros. Para o Terena as solidariedades pressupõem coexistências no espaço geográfico. A partir do território e dos lugares, está sendo gestado um novo tempo que Milton Santos (2000, pg. 22) chegou a denominar de período popular da história. Este período se caracteriza pelo processo de resistência dos lugares, às perversidades impostas a ele pelo mundo. O lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Já Haesbaert (2004, p. 18) analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; 2) cultural(ista), que prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; 3) econômica, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p.18).

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

Sendo os espaços diferentes, as espacialidades singulares, são resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme há o movimento da sociedade (nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros). Isso é visto com muita nitidez na forma de vida dos Terena na Água Branca/Brejão.

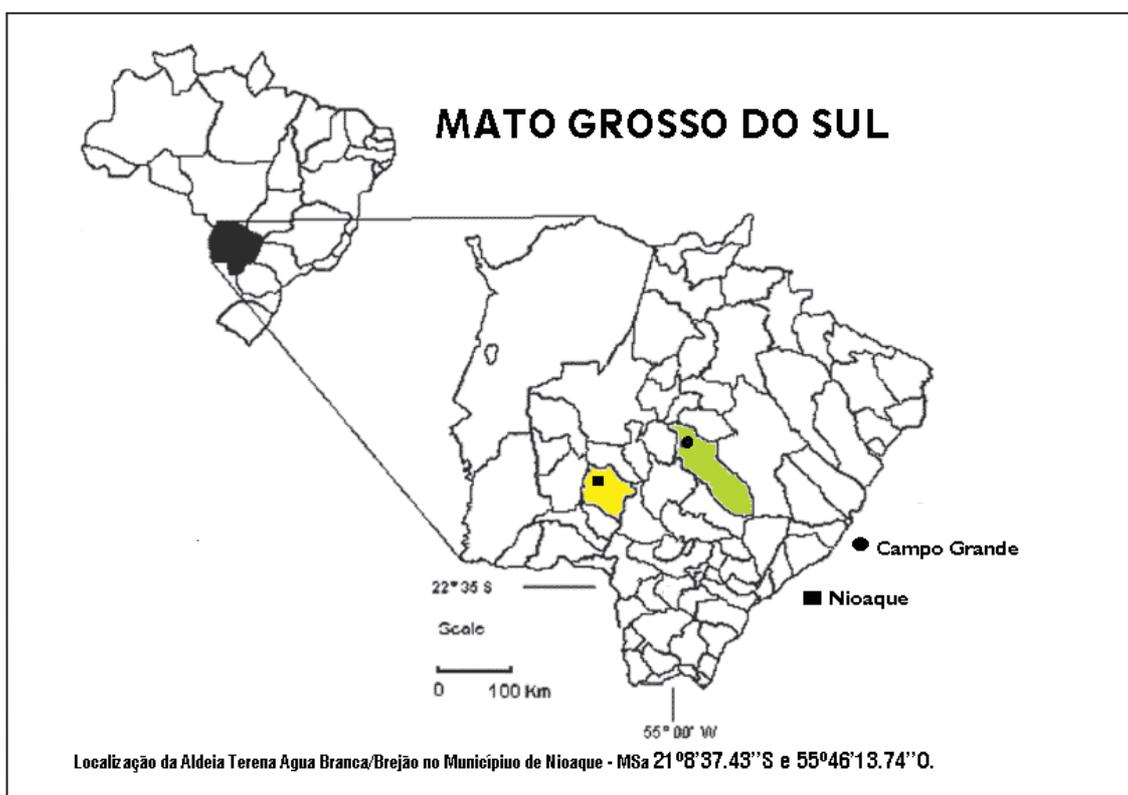


Figura I - Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+mato+grosso+do+sul>
Adaptado por Emílio Paulo Filho

É importante se destacar que no início era uma só aldeia, mas com o passar do tempo o espaço foi dividido, hoje temos ali 5 aldeias, sendo: Cabeceira, Água Branca, Taboquinha, Brejão e a área dos Atikuns⁶ em um espaço de 3.029 hectares, espaço pequeno. Embora a Aldeia Água Branca seja a mais antiga é a Aldeia Brejão que se torna a mais importante no contexto político-administrativa, isso tudo porque o Posto

⁶ Grupo de índios pernambucanos que vieram para Mato Grosso do Sul na década de 80 e que se instalaram na aldeia Água Branca – Nioaque/MS

Indígena foi fundado nesta aldeia em 1925 pelo Inspetor de Mato Grosso na época, Cel. Nicolau Horta Barbosa, pelo decreto de 1922, cujo nome dado foi “Posto Indígena Capitão Vitorino”, sendo que cada aldeia tem o seu cacique, tudo isso girando em torno de poder que está colocado como um meio de sobrevivência, de conquista de espaço e território.

Para Santos (2002a), a formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é encaminhada segundo as técnicas vigentes e utilizadas no mesmo. O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos. O território para Santos (2002a) configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana.

No panorama atual do mundo com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, Haesbaert (2002, p. 38) identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Para ele, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas. Haesbaert (1997) também analisa a questão do conceito de território com um enfoque cultural, quando estuda a des-territorialização e a identidade na rede. No entanto, é importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justa posição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede.
(HAESBAERT, 2002, p. 38).

Santos (1999:51) definiu território como sendo “a configuração territorial ou configuração geográfica, que tem uma existência material própria, mas sua existência social, real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”.

Em diversas literaturas são encontrados depoimentos de autores que estudam a população indígena, tentando descrever o sentido de território para os próprios

índigenas, apoiados na Antropologia, na Ecologia e na Sociologia. Reconhecem que índio e terra são indissociáveis e que “Terras Indígenas” são bens da União e os recursos ambientais ali existentes são partes integrantes do território nacional, mas por constituírem hábitat de índios, as utilizações de tais terras estão destinadas prioritariamente à reprodução sociocultural dessas populações, devendo, portanto adequar-se aos seus usos e costumes e reverter-se necessariamente em benefício para seus moradores tradicionais (OLIVEIRA FILHO, 1987).

De acordo com a antropóloga Joana A. Fernandes Silva⁷ a terra tem uma definição jurídica e é o lugar onde se realiza a produção, onde ocorre o trabalho, ou seja, é considerado um simples meio de produção para ela, o conceito de “Terras Indígenas”, portanto, é insuficiente para designar o habitat indígena. Para precisar melhor essa noção usa-se, o conceito de “Território Indígena” que pode ser entendido como um espaço de reprodução de um povo, onde se realiza a cultura e onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Para que um povo possa sobreviver e se reproduzir necessita de muito mais terras do que aquela utilizada simplesmente para plantar. É justamente esse espaço de vida, com tudo que envolve que denomina-se território.

O território Terena constitui, nestes termos, uma realidade socialmente construída, elaborada e intensamente vivida em formas diferentes. Nestes espaços ocupados estão instauradas as noções de autodeterminação, de articulação sociopolítica, de ritmos de vida e credos religiosos, bem como a própria existência física do grupo.

1.3. Meio Ambiente, Etnoecologia e etnodesenvolvimento

A história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de

⁷ Joana Aparecida Fernandes Silva Doutora em Antropologia Social pela USP em 1998, professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFG.

novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Agora, com uma tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, 1994, p. 16).

O povo Terena e as comunidades tradicionais, que historicamente preservaram o meio ambiente e usam de modo consciente e sustentável seus recursos e serviços, são também responsáveis pelo fornecimento desses serviços ambientais, são o que se chama de provedores de serviços ambientais. Ao permitir que o ambiente mantenha suas características naturais e siga fornecendo os serviços ambientais, o Terena preserva a natureza e suas características, conserva a biodiversidade, porque para eles a preservação é uma forma de manter a sua cultura, seus costumes e a qualidade de vida preservando a mata na nascente e na margem dos rios.

Já Milton Santos (2006, p. 45) comenta que na questão do meio ambiente o desafio para a construção de uma Perspectiva Transdisciplinar a sobrevivência do grupo também cresce. Como o êxito, nesse processo de comércio, depende grandemente da presença de sistemas técnicos eficazes, estes buscam ser cada vez mais presentes e cada vez mais eficazes. A razão do comércio e não a razão da natureza é que preside a sua instalação. Em outras palavras, sua instalação torna-se crescentemente indiferente às condições preexistentes. A poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já são largamente notadas - e causticadas - no século XIX, nas cidades inglesas e continentais.

Quando falamos em meio ambiente, um linguajar totalmente obscuro para os Terenas, em vez de meio, certos enfoques atuais podem aparecer como reducionistas, na medida em que eles apenas se interessam por um dos aspectos de uma complexa problemática. Por exemplo, uma visão puramente ideológica da questão, uma visão puramente econômica ou uma preocupação exclusivamente tópica, típica do Purutuya⁸, isso porque o Terena não vê o meio ambiente como fonte de lucro.

Como afirmou o Sr. Pedro Vitorino da Silva⁹ nascido e criado dentro da aldeia; nós Terena, não derrubamos a árvore quando precisamos da lenha, vamos à mata e colhemos aqueles galhos secos ou mesmo aquelas árvores que estão completamente secas, mortas, porque ali é o local de onde vamos tirar o material para construir nossas

⁸ Purutuya na língua Terena quer dizer branco, quando se refere ao homem branco.

⁹ Entrevista realizada com Pedro Vitorino da Silva, professor aposentado, 78 anos, na Aldeia Água Branca em Nioaque – MS, em 20 de agosto de 2013.

casas, não só eu, mas meus netos e bisnetos a minha geração e dali eu retiro remédios que vão me ajudar a sarar uma doença, mas o que observamos nos purutuyas, ele destrói a mata, ele arranca sem pensar no futuro, ele só pensa em vender a madeira, quanto mais grossa melhor pra ele, o lucro é bem maior e com isso que ele está fazendo, destruindo a mata. O índio não pensa dessa forma, ele protege a mata porque para nós ali é o nosso depósito de material para construir nossas casas e ali é a nossa farmácia de onde tiramos nossos remédios e foi meu pai que me ensinou.

A mídia tornou-se o grande veículo desse processo ameaçador da integridade dos homens. Virtualmente possível, pelo uso adequado de tantos e tão sofisticados recursos técnicos, a percepção é mutilada quando a mídia julga necessário, através do sensacional e do medo, captar a atenção. Muitos movimentos ecológicos, levados pela mídia, “Natureza-espetáculo”, substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza “cibernética” ou “sintética” substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da história atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral (SANTOS, 1994, p. 24).

Esta forma de se relacionar com a natureza é chamada de Etnoecologia, e seu estudo foi iniciado no Brasil por ocasião do I Encontro Internacional de Etnobiologia, realizado no Pará em 1988, quando da elaboração da Declaração de Belém, que apresentava à comunidade científica e à sociedade internacional os princípios da Etnoecologia. Nesse documento, os etnoecólogos, juntamente com os povos indígenas, ponderavam que.

[...] as florestas tropicais estão desaparecendo, muitas espécies animais e vegetais se encontram em perigo de extinção, e as culturas indígenas de todo planeta estão sendo desmembradas e destruídas; [...] as condições econômicas, agrícolas e de saúde das populações dependem destes recursos, [...] as populações nativas têm sido os fornecedores de 99% dos recursos genéticos do mundo, [...] existe uma inseparável ligação entre diversidade cultural e diversidade biológica [...] (Declaração de Belém, 1988).

O etnodesenvolvimento é a possibilidade de se pensar sobre a autonomia dos índios, da valorização de seus saberes tradicionais e do respeito às formas escolhidas por eles para construir seus projetos de futuro, não só apresentam ideias e experiências

já em curso no Brasil, como também permitem identificar constrangimentos reais a esses projetos impostos pela situação colonial em que se inserem e à qual pretendem quebrar, de forma a examinar possíveis saídas.

Nesse sentido, o uso da perspectiva do etnodesenvolvimento serve para pensar uma nova relação entre diferentes, tornando fundamental a construção de instrumentos que localizem as áreas que melhor asseguram o direito à diferença e se prestam à troca de saberes e/ou de bens entre as sociedades indígenas, os segmentos sociais dominantes e a administração indigenista.

Nesse aspecto, Gilberto Azanha (2002) situa historicamente o surgimento de conceitos como desenvolvimento sustentado e etnodesenvolvimento para discutir os novos modelos de gestão da política indigenista implantado a partir dos anos 1990 e defender uma proposta etnodesenvolvimentista que supõe o redimensionamento do tempo produtivo dos grupos indígenas. Em sua visão, deve se combinar a produção tradicional com uma produção voltada para o mercado, de forma a garantir a esses grupos os meios para adquirir os bens da sociedade brasileira que eles, historicamente, passaram a considerar “necessidades básicas”. Entre outras coisas, Azanha destaca que o tempo necessário à produção para o mercado não deve comprometer as atividades normais de subsistência nem aquelas próprias às tradições de conhecimento desses grupos, residindo no balanceamento do tempo uma das possibilidades de manutenção de sua existência como grupos étnicos diferenciados.

1.4. Memória e Identidade

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Nas comunidades Terena, estes saberes são de domínio exclusivo dos anciãos, que trabalham suas lavouras segundo seus conhecimentos tradicionais e lutam incansavelmente para que este conhecimento não desapareça. Quando o pai Terena sai com seu filho para a roça trabalhar na lavoura, ou para a mata buscar lenha, madeiras e tirar mel ou mesmo para o rio pescar, tem todo o cuidado de ensinar as melhores

estratégias, sob o ponto de vista indígena, de entendimento sobre a natureza e de como lidar com ela em suas atividades. Essa é a velha tradição de pai para filho.

Leroi-Gourhan (1964-65, Apud LE GOFF p. 269) considera a memória em sentido lato e distingue três tipos de memória: memória específica, memória étnica, memória artificial: "Memória é entendida, nesta obra, em sentido muito lato. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos. Podemos a este título falar de uma "memória específica" para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, de uma memória "étnica" que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória "artificial", eletrônica em sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados" (1964, p. 269).

Já Stuart Hall (2003, p. 11) procura apresentar as principais mudanças ocorridas no sujeito e na identidade modernos, já que, antes da Era Moderna, o indivíduo encontrava sua identidade ancorada em apoios estáveis (tradições, estruturas), o que deixa de acontecer com a modernidade, emergindo então uma concepção mais social do sujeito. Na modernidade tardia, a concepção de identidade passa por transformações substanciais: o sujeito passa por um profundo processo de descentramento, que tem origem, por exemplo, nas teorias revolucionárias de Marx, Freud, Saussure, Foucault e outros. Aliás, não são apenas as identidades individuais que passam, na modernidade tardia, por um processo de transformação, o mesmo ocorrendo, por exemplo, com as identidades culturais/nacionais, igualmente deslocadas pela globalização. Antes de mais nada, argumenta, é preciso considerar que:

[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação [...] Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional. (p. 49)

O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem.

Isto pode notar em Balandier, (1965, Apud LE GOFF p. 15) quando ele evocando a memória histórica dos habitantes do Congo, nota: "Os inícios parecem tanto mais exaltantes precisamente quanto menos se inscrevem na recordação. Porque nessas sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória: "genealogistas", guardiões dos códices reais, historiadores da corte, "tradicionalistas", dos quais Balandier [1974, p. 207] diz que são "a memória da sociedade" e que são simultaneamente os depositários da história "objetiva" e da história "ideológica". Mas também "chefes de família idosos, bardos, sacerdotes", segundo a lista de Leroi-Gourhan que reconhece a esses personagens "na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo" (1964- 65, p. 66).

Nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa. (Le-Goff (1924, p. 372.)

“Tudo que é transmitido pela boca e pela memória pode ser um saber difuso em cada sociedade, transmitido mais ou menos amplamente pela educação e em favor das circunstâncias práticas da vida”. A oralidade se dava na língua materna da comunidade que sustentava todos os aspectos culturais, constituindo um forte fator de identidade étnica. “A língua materna de uma comunidade é um dos componentes mais importantes de sua cultura, constituindo o código com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações”. Moniot (1979, p 79)

Na percepção e sentidos do aprender dos Terena da Aldeia Água Branca/Brejão, tem como um de seus objetivos apontar informações por meio da história oral, que aqui é utilizada como recurso para o registro e a elaboração de documentos, para os estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos.

1.4. Levantamento fitossociológico

O presente trabalho teve por objetivo o levantamento da estrutura da comunidade arbórea em um fragmento da mata ciliar na reserva terena, em especial onde o Rio Urumbeva faz fronteira com as fazendas ali existentes. O trabalho foi realizado na Mata Ciliar do Rio Urumbeva, na área que corresponde os limites da Aldeia Água Branca/Brejão, localizada no município de Nioaque a 21°8'37.43''S e 55°46'13.74''O.

A classificação climática do Município de Nioaque, segundo critério de Köppen¹⁰ (1948), é Aw, ou seja, clima tropical, com inverno seco. Apresenta estação chuvosa no verão, de novembro a abril, e nítida estação seca no inverno, de maio a outubro (julho é o mês mais seco). A temperatura média do ar do mês mais frio é superior a 18°C. As precipitações pluviométricas são superiores a 750 mm anuais, atingindo 1.800 mm. Apresenta estação seca que varia de 3 a 4 meses e estende-se entre os meses de junho a setembro, onde os totais pluviométricos médios são inferiores a 50 mm. A deficiência hídrica anual é de aproximadamente 80 mm, e o excedente hídrico é praticamente nulo (em termos médios) isto considerando a CAD (capacidade de água disponível) igual a 100 mm. Há períodos de reposição de água no solo nos meses de janeiro, abril e maio e de outubro a dezembro, onde neste último caso o total de precipitação corresponde a cerca de 35% do total anual. A temperatura média anual é de 23,3° e a precipitação pluviométrica de 1.126 mm. (EMBRAPA SOLO, 2006, p. 28)

Para o levantamento fitossociológico foram utilizadas parcelas retangulares de área fixa de 50 m x 50 m. Foram demarcadas 20 parcelas, totalizando uma área de amostragem de 2.500 m². A demarcação das parcelas foi feita seguindo uma orientação perpendicular à trilha principal que corta o fragmento. A distância entre as parcelas foi de 10 m e entre cada linha 50 m. Em cada parcela foi feito o levantamento de todos os indivíduos arbóreo-arbustivos, vivos ou mortos em pé, com DAP (Diâmetro a Altura do Peito) igual ou superior a 5 cm. Os indivíduos foram marcados com plaquetas e identificados pelo nome científico, e quando não identificados, foram coletados para posterior identificação. Foi medido o diâmetro com fita métrica e a altura total foi estimada visualmente por comparação com uma vara de 10 m (Silva 2001). Os

¹⁰ Classificação climática de Köppen-Geiger, mais conhecida por classificação climática de Köppen, é o sistema de classificação global dos tipos climáticos mais utilizada m geografia, climatologia e ecologia.

parâmetros da estrutura horizontal foram calculados por meio das expressões descritas por Curtis & McIntosh (1950), MuellerDombois & Ellenberg (1974) e Lamprecht (1990).

Esse levantamento foi realizado nos dias 10, 16, 26 e 27 de Agosto de 2013 na mata ciliar do rio Urumbeva, com o objetivo de demonstrar que existe uma diferença na preservação da Mata Ciliar do Rio Urumbeva onde situa a Aldeia Água Branca/Brejão no município de Nioaque – MS. A identificação do material coletado foi feita morfologia comparada segundo o sistema classificação de Harri Lorenzi¹¹ até o nível de família. Para as categorias taxonômicas mais específicas indivíduos coletados foram identificados com o auxílio de bibliografia especializada, consulta a especialistas e comparação com exsicatas. O que realmente se confirmou, conforme análise de dados que será feita no capítulo 3.

¹¹ Harri Lorenzo, engenheiro Agrônomo. Autor do Livro Árvores Brasileiras V 1, 2 – Manual de Identificação de Plantas Arbóreas do Brasil.

CAPITULO II – O ETNODESENVOLVIMENTO TERENA

2.1. Histórico de Ocupação do Território

O povo terena da aldeia Água Branca/Brejão, após passarem por um momento muito delicado e penoso, isso foi no período da guerra do Paraguai, enfrentaram graves problemas, agora não era contra os paraguaios que precisavam lutar, mas sim contra os fazendeiros que ocuparam suas terras abandonadas durante o conflito, em função da evasão dos Terena de suas áreas originárias, área que é delimitada pela Serra de Maracaju ao leste e tendo ao norte o rio Urumbeva, localizada no município de Nioaque no Estado do Mato Grosso do Sul

Durante o conflito, ocorreu um processo de desterritorialização. Os índios Terenas esparramaram-se dividindo suas aldeias pela região da Serra de Maracaju e seus arredores. Após o fim do conflito no retorno a suas comunidades, encontraram-nas ocupadas por fazendeiros e ex-combatentes que por aqui permaneceram. (OLIVEIRA & PEREIRA, 2003).

Haesbaert (2004) organiza o conceito de território diferenciando as posições materialistas e idealistas. Os materialistas partem da visão de que o território é constituído predominantemente por características físico-materiais; por sua vez os idealistas definem o território, principalmente, pelo “valor territorial”, no sentido simbólico.

Na análise do território em contrapartida aos teóricos que defendem a desterritorialização, Haesbaert desenvolve, então, uma nova noção, onde o conceito de território se define a partir da multiterritorialidade. Para ele, somente partindo da visão integradora, que enfatize os aspectos político, econômico e simbólico, é possível compreender o que hoje vem a ser a complexidade do território.

A existência da multiterritorialidade, que se dá a partir de uma sociedade reproduzida por meio das redes, é estabelecida ainda, pelo que Haesbaert (2004) vai chamar de “globalização”, que nada mais é do que um processo dialético entre o global

e local, ou seja, as situações locais não podem mais ser reconhecidas nem como locais e nem como globais, mas pela combinação dos dois processos.

Já Santos (1996), também aponta a dualidade do local e global na influência do território no momento atual. Contudo, para ele, as redes expressam o movimento da verticalidade, constituindo apenas uma parte do espaço e não do espaço de todos. Para Santos, o território tem um sentido peculiar e por isso é acrescido de novas interpretações; nas suas argumentações o território não é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações.

Nesse sentido os Terena da aldeia Água Branca/Brejão define o seu território procuram de certa forma preservar a Mata Ciliar, mesmo que com muita dificuldade, mas com muita habilidade e maestria, eles cuidam e preservam o seu território, especialmente a Mata Ciliar do Rio Urumbeva.

Milton Santos definiu o avanço da mundialização como meio técnico-científico-informacional dizendo que o espaço geográfico, entendido dessa forma, é constituído por um grande conteúdo em ciência, técnica e informação, daí resultando uma nova dinâmica territorial.

[...] no começo da vida o homem organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos, [...] essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos. (SANTOS, 1998, p. 18)

Nesse sentido, a comunidade da Água Branca/Brejão, estabelecendo assim novas relações sociais, até mesmo nos lugares mais longínquos. Esse novo modelo de organização social, que nada mais é do que a forma mais desenvolvida do capitalismo, experimentada pela sociedade burguesa, faz com que os lugares sejam mesclados de experiências locais e mundiais, e é a partir disso que novas territorialidades podem ser construídas, como síntese das novas experiências.

Partindo desse ponto de vista a formação do Território Terena na Água Branca/Brejão Cardoso de Oliveira (1976, p. 21), afirma que foram os índios Terena que

mais contribuíram para a formação do Centro Oeste brasileiro, seja como produtores agrícolas, seja como mão de obra aplicada nas fazendas, em especial depois da guerra do Paraguai, sem esquecer, ainda, o papel por eles desempenhado naquele conflito, quando foram levados a lutar contra o exercito paraguaio.

Os Terenas que se estabeleceram próximos das margens do rio Miranda em meados do século XVIII, e ali constituíram parte de suas antigas aldeias, vivenciaram ao longo dos séculos diversas situações, entre elas, a sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870), que resultou no seu esparramo pelo território do Sul de Mato Grosso, proporcionando suas divisões em vários grupos para sobreviver aos conflitos, ocasionando também a criação de novos núcleos, que no fim dessa Guerra alguns se tornaram novas aldeias, como foi o caso da aldeia de Brejão/Água Branca, no atual município de Nioaque, outras foram reconstruídas a exemplo de Ipegue e outras que foram completamente destruídas, como a aldeia de Nexé Daxe, ambas também fazendo parte do atual município da cidade de Aquidauana. Assim quando os Terenas retornaram para os territórios que ocupavam naquela região encontraram muitos deles também invadidos por não índios, que por sua vez, não permitiram mais a sua presença naquela localidade. No entanto, não aceitaram essa nova situação que lhes era imposta e a partir de então, eles próprios passaram a relatar as autoridades brasileiras às condições em que suas terras se encontravam e assim também a reivindicar dessas mesmas autoridades a posse de seus antigos territórios, revestidos dos direitos que a sua participação na referida guerra lhes concedera, conforme apontam os documentos da Diretoria Geral dos Índios – DGI.

(...) A cerca do índio da tribo terena de nome José Caetano (...) é que o dito índio com mais alguns de sua tribo, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do falecido Pedro Tavares, capitão da aldêa do Ipegue, no districto de Miranda, e seo substituto, que por ocasião da invasão paraguayã não era só a sua tribo, como todas as outras e mais habitantes do districto abandonaram os seus lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos que ultimamente voltando os moradores a reocuparem seos domicilios, elles Terenas encontrão a sua aldêa do Ipegue occupada por Simplicio Tavares, por Antonio Maria Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e lebrarem suas antigas terras e de seos antepassados; pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quais não podião desprender-se um outro indio da mesma tribo com o nome de Victorino, que farda-se com Alferes, e pertence a aldeia de Nachedache, distante da Ipegue uma legoa, fez-me igual reclamação. (Doc. 1871, p. 79v 80 – Livro n. 1860-1873, APMT)

Este acontecimento deixou marcas profundas na organização social, política e econômica dos Terenas: o antes e o depois da Guerra com o Paraguai. Antes da guerra, o povo Terena mantinha uma sociedade com seu *modus vivendi* específico, com costumes e tradições próprias, alicerçadas na troca recíproca de produtos, com autossuficiência econômica e política. Depois da guerra este povo foi obrigado a constituir uma nova sociedade – inusitada, engendrando novas pautas sociais e culturais que dessem conta da manutenção de seus *ethos* – sua “identidade” enquanto povo. Passaram a deparar-se com populações heterogêneas e oportunistas, aventureiras e ambiciosas, prontas a lutar pela ocupação de uma região devastada do ponto de vista político e social. Desse modo, a antiga relação de solidariedade e respeito começou a ser profundamente alterada e o povo Terena discriminado, passando a serem chamados de uma forma pejorativa de “bugres” (AZANHA, 2002:232).

E é justamente nesse período do pós-guerra afirmado por AZANHA, (2005:5) em que se inicia a reorganização do espaço territorial na zona do conflito, com a regularização fundiária em prol dos novos ocupantes. Este grande empreendimento de reordenação territorial e consolidação da fronteira só foram possíveis graças à "liberação" das terras indígenas e o uso compulsório da sua mão-de-obra. E o Terena contemporâneo conhece esse período e que para eles se estenderia do pós-guerra imediato à criação das reservas - como o Tempo da Servidão.

Cardoso de Oliveira afirma que: “A história dos Terenas, ao menos em sua fase que podemos chamar moderna, é a história da ocupação brasileira no sul de Mato Grosso”. (Cardoso de Oliveira, 1968, p.40). E mais adiante: “E mais do que os kinikinau, os Layana e os Echoaladi, os Terena teriam sofrido de modo bem violento a conjunção com a sociedade nacional, a partir do momento em que foram envolvidos na luta contra os paraguaios. Até esse tempo, eles constituam um grupo relativamente isolado, como indicam algumas das principais crônicas de Taunay sobre o episódio da guerra com o Paraguai”. (Cardoso de Oliveira, *op.cit* , p.40). A caracterização da história indígena, como indicada por Cardoso de Oliveira, está inter-relacionada com o processo de colonização, mas em seu trabalho a reflexão sobre o século XIX ocupa pouco espaço.

Oliveira (1976) relata que os Terenas do grupo do Capitão Vitorino, em torno de uns 200 indivíduos, despassos em 11 ranchos, ocuparam uma área de duas léguas da cidade de Nioaque-MS, cuja população seria de mil indígenas que teriam espalhados

pela Serra de Maracaju, local onde foi criada a reserva da Aldeia Brejão/Água Branca. Sobre os Terena, o que se tem conhecimento é que eles são um grupo étnico descendente dos antigos Guaná-Chané (ou Guaná ou Chané) originários da bacia do Rio Paraguai, regiões do Chaco e do Pantanal. Sua língua tem filiação junto à família linguística aruák, como também é o caso dos antigos Echoaladi (ou Chavarana), Laiana e Kinikinau. Ainda hoje os índios mais idosos reconhecem tais termos e se distinguem – quando inquiridos – em descendentes de Laiana ou Kinikinau (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2007).

È importante ressaltar que Mato Grosso do Sul é o Estado onde se tem maior número de índios no Brasil, perdendo só para o Estado do Amazonas, segundo dados do IBGE, são 60.000 (Sessenta Mil) índios, sendo as seguintes tribos: Terena, Guarani, Kaiowá, Kadiwéu, Guató, Kinikinau, Kamba e Atikum. Os Terenas aqui trabalhado vivem em 07 (Sete) Municípios do nosso estado, Aquidauana, Anastácio, Miranda, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Dourados e Nioaque, segundo o Senso do IBGE de 2010 totalizando 28.800 (Vinte e Oito Mil e Oitocentos), índios Terenas.

Entre os Terenas havia também o capitão Alexandre Bueno, que contribuiu com as autoridades brasileiras no que se refere à civilização de outros povos indígenas. Essa era uma das preocupações do governo, uma vez concretizada a civilização dos índios, estava também garantido a apropriação de suas terras assim como mão-de-obra barata e qualificada. Para isto as autoridades contavam com a ajuda dos Terenas para a civilização de outras etnias; assim eles foram um das tribos indígenas mais utilizadas para exercer este papel junto aos demais índios do Mato Grosso, quando também passaram a interagir com a política indigenista do governo brasileiro, estabelecendo as trocas de favores entre essas sociedades. Os Terenas assumiram esta função, por meio do capitão Alexandre Bueno, que em 1875, solicitava pagamento – objetos de que necessitava – para aldear os índios Enima.

Levando a presença de V. Ex. o incluso requerimento do Capitão Alexandre Bueno de Terena, indio desta Nação estabelecido no lugar denominado Naxedaxe, cumpre-me informar que julgo vantajosa a catecheuse dos Indios Enimas nas imediações da Villa de Miranda como se propõem o supplicante, convindo para isso fornecer-se-lhe os objectos que requesita, que são indispensáveis para levar a effeito sua pretensão. (Lata, 1875, doc. Avulso, APMT)

Tal contexto evidencia a autonomia dos Terena, quando menciona que vivem ao seu modo. A razão de pontuar a condição desses índios como auxiliares das autoridades brasileiras para o desenvolvimento da civilização de outras etnias é em função de compreender alguns dos aspectos de sua política estratégica junto ao governo, sendo a amizade um elemento importante na correlação de forças entre os Terenas e o Império, para pressioná-lo em razão da demarcação de seus territórios. Assim, observa-se que esses índios permitiram-se a realizar tal tarefa. Foi deles a atitude de civilizar as demais etnias com o total apoio das autoridades brasileiras, tanto que, constantemente, eram requisitados por essas mesmas autoridades para exercer essa função.

É importante observar que existiam distinções muito claras entre as etnias indígenas. Uns eram amigos, dóceis, trabalhadores, ou seja, estavam mais próximos da civilização como foram considerados os Terena. Outros índios eram arredios e bravios e não aceitavam dialogar e nem trocar com o Império; os Terenas, classificados como dóceis e pacíficos, também se apropriaram dessa condição e transformaram-na em um importante mecanismo para realizar as suas próprias reivindicações. Era, portanto, como já foi dito uma relação de troca entre os Terenas e o Império; havia formas de pagamento, estipulada pelos próprios índios, para realizar essa tarefa de civilizar, como por exemplo, objetos que facilitassem o desenvolvimento de sua agricultura, tais como enxadas e foices, e principalmente a legalização de seu território na região da então Vila de Miranda evidenciando, assim, sua organização.

Essa realidade permitiu ainda aos Terenas de formar comissões para lembrar o governo brasileiro de seus préstimos junto a ele. Essa era a razão que embasava o substrato político de barganha pelo qual reivindicavam os seus direitos. Várias foram as expedições dos Terenas para Cuiabá, em busca de relações diplomáticas, ostentando o status de prestadores de serviços à pátria brasileira. Todavia, a luta pelo território conduziu-os a muitas situações conflituosas diante dos outros povos indígenas e, principalmente, com os fazendeiros – novos regionais – e as instituições gestoras da política indigenista vigente.

No final do século XIX, aldear os índios tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento do sul de Mato Grosso. O governo precisava povoar as fronteiras da nova república. Era necessário, primeiramente, resolver a questão das terras indígenas, uma vez que os índios não aceitavam cumprir com os objetivos do governo de fixarem-se todos juntos no mesmo aldeamento. A política indigenista encontrava-se em um

impasse: os regionais necessitavam de braços para resolver o problema da falta de mão-de-obra. Aldear os índios era a garantia de um maior número de terras livres para ocupação dos particulares que aumentavam cada vez mais na região. Esperava-se que os problemas existentes entre as sociedades indígenas e a sociedade envolvente diminuiriam; além do mais, acreditava-se que com essas medidas seria sanado o problema da falta de mão-de-obra na região. Ao mesmo tempo, estariam atendendo as reivindicações indígenas. Assim, com os índios em lugares determinados, o governo brasileiro poderia prosseguir com a sua política de povoamento e desenvolvimento do sul de Mato Grosso, bem como proporcionaria aos índios trabalhar e se sustentar, contribuindo principalmente, para o desenvolvimento econômico da região, evitando as formas ilícitas – como roubo de gado e das roças dos fazendeiros – que até então ocorriam. Passado quase uma década, o problema persistia como evidencia a carta do então Diretor Geral dos Índios do Município de Miranda, Theodoro Paes da Silva Rondão, no ano de 1893:

(...) os indios deste municipio tem-se tornando de tempo a esta parte, inuteis e ate mesmo inconvenientes, como vou demonstrar-vos. Em numero que talvez atinja á mil só os de 12 annos da idade para cima do sexo masculino, se entregar a uma vida inteiramente ociosa, resultando d'ahi a necessidade de recorrerem a caça e a pesca para manterem com suas famílias; este recurso porem que as mais das vezes falha, os impelli ao extremo de lançarem mão do gado alheio para supprirem suas necessidades, dando isto lugar a algumas perseguições, que tem soffrido da parte de alguns fazendeiros, que se vêm prejudicados. O meio mais efficaz que me parece, e conducente à melhorar a sorte destes infelizes é: aldear-os em um lugar proporcionado ao trabalho de agricultura, (...) Estas medidas urge sejam tomadas com a máxima brevidade, pois ellas tendem não só a melhorar a geração futura, como também concorrerá seguramente para o desenvolvimento moral e material, não sé deste município, mas também de toda esta florescente comarca (...) tenho em vista aldear-os nos terrenos d'esta povoação, que já me farão concedidos pela respectiva Diretoria: nestes terrenos abundão proporções para o trabalho agrícola, acrescentando ainda a van tagem de offerecer este rio Aquidauana – a mais franca navegação que lhes facilitarão a venda ou a exportação de todo o produto, que obtiveram. (Lata, 1893, doc. Avulso, APMT)

A necessidade da política de demarcação das terras indígenas possuía interesses próprios, principalmente visando o benefício dos fazendeiros. Mas, ressalta-se também

que se os Terenas não tivessem posto a sua política em prática, não teria necessidade de o governo estabelecer o seu lugar, uma vez que um dos seus objetivos era o de se apossar das terras indígenas. Então, mesmo sendo limitados, insuficientes e cercados pelas fazendas os seus territórios foram conquistados, mantidos e garantidos pelos próprios Terena, os responsáveis pela sua história.

2.2. O uso do Território

O sentido de território para indígenas, apoiados na Antropologia, na Ecologia e na Sociologia. Reconhecem que “índio e terra são indissociáveis” e que “Terras indígenas” são bens da União e os recursos ambientais ali existentes são partes integrantes do território nacional, mas por constituírem hábitat de índios, a utilização de tais terras está destinada prioritariamente à reprodução sociocultural dessas populações, devendo, portanto adequar-se aos seus usos e costumes e reverter-se necessariamente em benefício para seus moradores tradicionais” (OLIVEIRA FILHO, 1987).

Mas qual o verdadeiro significado do território para um povo indígena? Quais os princípios fundamentais que estruturam suas práticas de uso e de manejo deste território? Quando buscamos a compreensão deste conceito para comunidades tradicionais como os povos indígenas.

Segundo Gallois (1998:39), são absolutamente distintos, pois Território não é apenas anterior à terra e terra não é tão somente uma parte de um território. A diferença está no sentido de que “Terra Indígena” diz respeito ao processo político e jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto “Território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e seu substrato físico de referência.

O conceito de “Terras Indígenas”, para a antropóloga Fernanda Silva, é insuficiente para designar o habitat indígena. Para precisar melhor essa noção usa-se, o conceito de “Território Indígena” que pode ser entendido como um espaço de reprodução de um povo, onde se realiza a cultura e onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Para que um povo possa sobreviver e se reproduzir necessita de muito mais terras do que aquela utilizada simplesmente para plantar.

O “Território Indígena” tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e das relações sociais.

Por outro lado, reconhece que território não depende somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das relações sociais existentes. E sua “posse” é mais fluída, sendo desta forma conservada pela lei do respeito, que eticamente reina nestas comunidades.

CAPITULO III – A PRESEERVAÇÃO DA MATA CILIAR DORIO URUMBEVA NA ÁREA INDÍGENA TERENA DE NIOAQUE.

Na definição de área de preservação permanente, Paulo Affonso Leme Machado¹², com toda sabedoria, utiliza o Código Florestal Lei 4771/65 e MP 2.166-67/2001 e diz: Área de preservação é a área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (2008, p. 737).

Porque não tratamos a fundo as normas das APP. Porque as terras indígenas são áreas protegidas pelo órgão governamental, hoje FUNAI (Fundação Nacional do Índio), órgão governamental que normatiza e administra toda área indígena do país. A Constituição, em seu artigo 231, afirma reconhecer a "organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", utilizando o verbo proteger apenas quando se refere aos bens indígenas.

A correta interpretação do dispositivo não pode ficar ao largo da apreciação da forma legítima de utilização da terra indígena, tema sobre o qual prescreve a Constituição, em seu artigo 231, *in verbis*:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Áreas naturais e semi-naturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Enfoca prioritariamente o Sistema Nacional de Unidade Conservação,

¹² Atualmente é professor titular da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental nacional e internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: recursos hídricos, constituição federal e meio ambiente, direito à informação e meio ambiente.

as terras indígenas e os territórios quilombolas. As demais áreas protegidas, como as áreas de preservação permanente e as reservas legais são tratadas no planejamento da paisagem, no âmbito da abordagem ecossistêmica, com uma função estratégica de conectividade entre fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas.

É o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, nas três esferas (municipal, estadual e federal), com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Estão divididas em dois grupos: Proteção Integral e as de Uso Sustentável.

3.1. Percepção sobre Meio Ambiente, Etnoecologia e Etnodesenvolvimento para os indígenas Terena de Nioaque

Mata ciliar ou ripária é a cobertura florestal localizada às margens de nascentes e cursos de água. Sua conservação e recuperação têm sido atribuídas aos inúmeros benefícios por ela trazidos ao ecossistema, especialmente sobre os recursos naturais de origem biótica e abiótica (Durigan & Nogueira, 1990).

Mata Ciliar, esse termo não é de conhecimento dos Terenas, isso na fala do Sr. Pedro Vitorino da Silva e do Sr. Egidio Miranda, “não conhecemos com esse nome, mata ciliar, nós conhecemos como barreiro o local da qual o senhor está falando.” Como de fato esse termo não é do conhecimento dos Terenas, a preservação dessa mata é de suma importância para os Terenas da Aldeia Água Branca/Brejão, é dali que tiramos o medicamento para cura das doenças é dali que tiramos o material para construir nossas casas e é dali que retiramos a lenha para cozinarmos nosso alimento e também dali nos pegamos a caça, é nessa mata que encontramos a paca, a anta, a capivara animais que comemos para matar nossa fome, isso eu aprendi com meu velho pai, afirma Sr Egidio, não só com o meu pai, mas os velhos os anciãs da aldeia sempre nos ensinaram isso.



Figura II – Casa tradicional Terena, feita de Palha de Bacuri e paredes de Tacuaruçu batido –
Fonte: PAULO, E. F. Pesquisa de campo 2013.

“Da mata nós tiramos o remédio o material para construirmos nossas casas”, afirmou tanto o ex-cacique Adolfo do Carmo Miranda como o Sr. Pedro Vitorino, isso comprovamos através dessa foto 1, onde podemos ver como o material da mata ciliar é aproveitado na construção de suas casas, nessa foto observe que a parede feita de taquara batida, foi tirada junto a mata ciliar, pois esse tipo de material só é encontrado na beira do rio, a cobertura, feita de palha, essa palha é de bacuri, encontrado também na mata ciliar, os esteios são feitos de madeiras resistente, como a aroeira é como ele dizem “é do cerradão” por ele não dá no brejo, para eles a mata ciliar é chamada de brejo, pelo fato de estar próximo a beira do rio.

3.2. Comparação entre os dois lados da mata ciliar do Rio Urumbeva em sua fronteira com a aldeia e as fazendas da região

Na análise do meio, quando se estudam a questão ambiental e os impactos ambientais, é importante tratar de alguns conceitos-base na prática do ensino, da

pesquisa e nas intervenções propostas pela prática profissional. Os conceitos de natureza, meio, ambiente e impacto apresentam diferenças de referenciais e de aplicações nas diversas áreas do conhecimento científico.

Santos (2005) afirma que, em relação à ruptura progressiva entre a sociedade humana e seu entorno, o meio inicia com a história do homem na Terra. A aceleração desse processo progressivo ocorre concomitantemente à instrumentalização técnica, que gera uma “natureza artificializada”, sendo hierarquizada de acordo com os investimentos, a circulação de riquezas e a distribuição de mercadorias. No entanto, é localmente que essa lógica se revela através da busca de eficácia e de lucro no uso das tecnologias, do capital e do trabalho (SANTOS, 2005). Nesse sentido, a técnica passa a ser a mediação essencial entre a sociedade e seu entorno, o meio.

Isso foi comprovado através do levantamento Fitossociológico, onde analisamos uma parcela de 200x100, em que foram catalogadas árvores de diversos portes no lado da aldeia, predominando árvores de porte adultas sendo as espécies encontradas: Angico, Balsamo, Pau-Vidro, Carobinha, Carne de Vaca, Louro Preto, Catinguá, Marinheiro e Unha de Gato.

O trabalho foi realizado na Mata Ciliar do Rio Urumbeva, na área que corresponde os limites da Aldeia Água Branca/Brejão, localizada no município de Nioaque a 21°8'37.43''S e 55°46'13.74''O. Na micro bacia do rio Urumbeva que está inserido na sub-bacia hidrográfica do Rio Nioaque, pertencente a grande bacia hidrográfica do Rio Paraguai, o local analisado constitui-se por terrenos baixos e relativamente planos, com formações florestais do tipo estacional decidual, estacional semidecidual e cerrado, com formações campestres como campos secos e úmidos, por isso que os Terenas tratam como barreiro.

O levantamento da vegetação foi realizada em todas as parcelas, de cada área relacionada, visando obter tanto informações sobre o censo de cada área, como também subsidiar todas as combinações de tamanhos e formas de parcelas testados.

Foram considerados para efeitos do inventário, todos os indivíduos lenhosos arbóreos-arbustivos, vivos e mortos em pé, com diâmetro tomada a 30cm do solo (Db), igual ou superior a 5 cm registrados em cada parcela de 0,01 há. As medidas de diâmetros foram tomadas com uma vara suta graduada com régua. Troncos bifurcados abaixo da altura de medição do diâmetro (Db) foram medidos separadamente (altura e Db)

Os indivíduos amostrados foram identificados no campo a partir das suas características morfológicas e reprodutivas. Os indivíduos foram classificados ao nível da espécie, gênero e família, de acordo com os sistemas propostos pelo “angiosperm Phylogeny Group II, APG II (2003). Para conferência dos nomes científicos, verificou-se o banco de dados disponibilizado no sítio eletrônico do Missouri Botanical Garden (MOBOT) WWW.mobot.com

A principal atividade econômica desenvolvida pelos fazendeiros nas margens e direita do rio é a agropecuária, onde é formado por extensas áreas campestres, dominadas principalmente por espécies do gênero *Brachiaria*. Já no lado da aldeia Água Branca/Brejão a faixa de Mata Ciliar estudada corresponde uma área de 1500 m de extensão ao longo da margem esquerda do Rio Urumbeva e de 150 a 200 m em direção à borda da mata. A vegetação é densa, variando de 20 a 30 m em diferentes locais sendo comum a presença de indivíduos imergentes com até cerca de 40 m como mostra a foto do pé de angico, tendo ele 140 cm de diâmetro e aproximadamente 40 m de altura.



Figura III – Pé de Angico (*Parapiptadenia pterosperma*) com aproximadamente 30 m de altura e 140 de diâmetro. Fonte: PAULO, E. F. Pesquisa de campo 2013.



Figura IV – Nessa foto podemos ver a densidade da mata onde podemos ver a presença de várias árvores com mais de 30 m de altura. Fonte: PAULO E. F. Pesquisa de campo 16/08/2013.

Em determinados locais, ocorre a predominância das espécies *Attalea phalerata* Mart ex Spreng. (acuri; bacuri) e *Guadua paniculata* Munro (taguara, bambus), formando agrupamentos homogêneos e densos. Os dados foram coletados nos dias 10, 16,17 e 26 de Agosto de 2013.



Figura V – Mostrando o leito do rio Urumbeva, a margem direita o lado da aldeia e a margem esquerda das fazendas vizinha. Fonte: PAULO E. F. Pesquisa de Campo 16/08/2013.

A presença de árvores de porte grande do lado da aldeia, percebemos que no lado pertencente às fazendas a predominância de árvores de pequenos portes e uma gama enorme de embauva, planta perenifólia, seletiva higrófita, pioneira, característica e exclusiva de mata secundária, onde é frequente e de dispersão contínua e regular. Ocorre preferencialmente em capoeiras e capoeirões de derrubadas recentes, Apresenta crescimento muito rápido, atingindo seu porte adulto rápido. Isso foi comprovado na pesquisa que realizamos no local, conforme a foto de nº 05



Figura VI – Embauva (*Cecropia sciadophylla Mart*) – árvore de pequeno porte e de predominância em local onde foi realizado o desmatamento. Fonte: PAULO E.F. Pesquisa de Campo 16/08/2013

Podemos perceber isso, o Terena mantém suas tradições construindo sua casa do material nativo recolhido da Mata Ciliar, mas o conforto do “homem branco” é um mal necessário para ele, a foto mostra o contraste de uma sociedade puramente consumista onde o capitalismo toma conta de tudo, até mesmo deteriorando uma cultura milenar.



Figura VII – Mapa delimitando o lado das fazendas e a Aldeia Água Branca/Brejão.

Fonte: Google earth

Org: PAULO, E. F. 2013

Considerações Finais

Os Terenas da aldeia Água Branca/Brejão na data de hoje, contam com uma população de 1250, segundo Senso do IBGE de 2010. Mantendo o contato com a população regional, através do comercio de produtos agrícolas e artesanais, ou mesmo como mão de obra barata e temporária, trabalhando nas fazendas, nos canaviais, nos trabalhos domésticos onde a presença feminina é marcante. Azanha & Ladeira (2004) destacam a presença significativa dos Terenas no cotidiano sul-mato-grossense, o que os conduziriam ao estereótipo de “índios urbanos” (LADEIRA, 2001). Alguns consideram que tais declarações servem para mascarar a resistência de um povo que através dos séculos lutam para manter viva sua cultura, sabendo positivar situações adversas ligadas ao antigo contato, além de mudanças bruscas na paisagem, ecológica e social, que o poder colonial e, em seguida, o Estado brasileiro lhes reservou (AZANHA & LADEIRA, 2004).

A história das populações indígenas Terena no Estado de Mato Grosso do Sul é marcada por dois momentos importantes: o antes e o depois da Guerra com o Paraguai. A magnitude deste processo ocasionou mudanças drásticas na vida deste povo

tradicional, que se viu obrigado a constituir uma nova sociedade, muito diferente da anterior, passando por diversas etapas e processos de desterritorialização com a saída do Chaco, a vivência como escravos nas fazendas e a (re)territorialização desmembrada dos lugares onde viviam antes em diferentes contextos: no campo e na cidade.

Para os Terenas o evento da guerra remete-lhes à ideia de reciprocidade negativa: enquanto participaram bravamente contra a ocupação paraguaia no sul do antigo Mato Grosso, no pós- guerra receberam, em contrapartida, por parte do Estado Nacional, o espólio de suas terras, a que se reflete até nos dias de hoje, obrigando-os a se reorganizarem culturalmente em uma pequena parte de seus territórios tradicionais. Durante este período, enfrentaram as mais variadas adversidades e conflitos e conviveram com as mais diferentes populações. Entre todos os povos, sulmatogrossense, os Terenas foram os que apresentaram maior capacidade de se reconstruir e se manter diante de sucessivas condições de desterritorialização, graças à abertura à aprendizagem ao novo, na interação com culturas externas, sem perda da identidade.

Atualmente, podem-se considerar as aldeias Terenas como “modernas” e polarizadas em duas dimensões: a família, que se organiza e se relaciona de maneira a se adaptar às condições de existência engendradas pela “situação de reservas” e pela presença da sociedade envolvente (sua integração relativa à estrutura socioeconômica regional). Esta “nova sociedade” coloca os Terenas em três situações de vida: a situação de confinamento em reserva, acarretando a perda da autonomia política das aldeias Terenas, a integração dos índios à estrutura econômica regional, com a conseqüente perda da autossuficiência econômica e o domínio do comércio local que antes da guerra detinham e a urbanização de parte de sua população, como respostas às limitações políticas, sociais e econômicas vividas nas reservas Terena. Estas condições fazem com que os Terenas territorializem seus espaços diferentes do tradicional, buscando novas alternativas para sua sobrevivência e de seu povo.

Entre todos os povos, sulmatogrossense, os Terenas foram os que apresentaram maior capacidade de se reconstruir e se manter diante de sucessivas condições de desterritorialização, graças à abertura à aprendizagem ao novo, na interação com culturas externas, sem perda da identidade.

Em uma situação de intenso contato intercultural, os Terena obtiveram, já a mais de três décadas, um adequado conjunto de respostas que se somam as questões

decorrentes dessa interação e integração com a sociedade envolvente, sempre buscando uma adequar às condições impostas, isso tudo através da incorporação de modelos externos adaptados à sua necessidade. O intenso contato intercultural, obtiveram, já a mais de três décadas, um conjunto de respostas para equacionarem as questões decorrentes dessa interação e integração com a sociedade envolvente, sempre buscando se adequar às condições impostas, por meio da incorporação de modelos externos adaptados à sua necessidade.

Percebemos isso, o Terena mantém suas tradições construindo sua casa do material nativo recolhido da Mata Ciliar, mas o conforto do “homem branco” é um mal necessário para ele, a foto mostra o contraste de uma sociedade puramente consumista onde o capitalismo toma conta de tudo, até mesmo deteriorando uma cultura milenar.

O saber tradicional, relacionado às práticas de construção das casas é de exclusivo domínio dos anciãos e são praticados pelos Terenas mais velhos, que ainda lutam para manter vivos estes saberes nas comunidades Terenas, embora a juventude tenha uma outra visão de desenvolvimento para as comunidades, baseada na educação e no acompanhamento às novas tecnologias.

Estes saberes ainda que de forma lenta, continuam sendo transmitidos nas comunidades Terenas, principalmente no que se refere à “reorientação dos fazeres Terena”. O fato dos jovens verem uma nova perspectiva de desenvolvimento nas comunidades Terena, não significa que haja um rompimento total da visão da juventude com os saberes dos anciãos. As técnicas ocidentais, na realidade vão entrando nas comunidades indígenas, porém são submetidas à uma outra lógica, como acontece na construção da casa, utilizando o material existente na mata ciliar. Percebe-se que há uma tendência natural a um “processo de negociação” entre o saber científico e o saber tradicional nas comunidades Terenas, atualmente, onde este povo toma pose que mais cômodo e com acabamento fino e menos prejudicial à mata ciliar, porque ele não vai ter o problema de ir até a mata retirar a madeira, a palha para a cobertura de pose destas novas tecnologias à sua forma de uso, muda, mas segundo o Terena a mudança é pra melhor.



Figura VII – Casa tradicional Terena, feita de Taquara batida e coberta de palha de Acuri ou Bacuri, material retirado do Barreiro. Fonte: PAULO, E.F. Pesquisa de Campo, 2013.

Mas o que nos chama a atenção é essa casa, uma casa construída conforme o padrão ou modelo de uma técnica dominada pelos mais velhos, não se usa o prego e nem o arame, todo material vem da Mata Ciliar, o cipó é utilizado para amarrar o caibro que é madeira tirada do Mata Ciliar, a ripa que é feita de taquara e mesmo o telhado feito com a folha do Bacuri, mas a parabólica, que é um produto do capitalismo e que tem tomado conta dos lares indígenas, aparece em destaque demonstrando que a civilização chegou até ali.

E quanto ao rio, dona Luzia Candido¹³ Lisboa de 94 anos de idade afirma que durante muitos anos o rio foi o local onde se lavava a roupa, tomava banho e pescava muitos peixes eram pegos no rio Urumbeva, as crianças sempre iam com a gente pro rio, enquanto lavava roupa uns pescava outros se divertiam no rio, isso já faz tempo, afirma ela, com a chegada da água encanada na aldeia poucas pessoas utilizam o rio para lavar roupa e tomar banho. Quando voltava do rio já trazia a lenha para cozinhar e junto com a lenha já trazia o peixe pra fritar, de lá trazia a casca do balsamo para colocar no mate, que é um santo remédio, bom pra afinar o sangue e deixa o mate muito gostoso e muitas vezes o marido, que

¹³ Luzia Candido Lisboa, 94 anos de idade, aposentada, lavadeira de roupa.

já morreu, trazia uma paca ou uma cutia que pegava ali no barreiro (barreiro para eles é a mata ciliar) era muita fartura, o material da minha casa que meu véio construiu ele tirou tudo de lá, o bambu, as palhas tudo vem lá do barreiro. Aquele lugar prá nós é sagrado, não temos muita mata aqui na nossa aldeia, os fazendeiros derrubou tudo, até mesmo pra gente pegar a lenha, não tem, só campo com capim, quando eu era jovem a gente saía por esses matos e tinha muita guavira, muita fruta, agora se agente que chupar uma guavira tem andar muito longe, porque a brachiara tomou conta de tudo, por onde você anda só vê pastagem, até mesmo sombra não encontramos, antigamente tinha aquele pé de jatobá enorme, agora não tem nada, mas isso dá uma tristeza na gente.

Como afirma Claval, a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. (Claval. Paul. 2007 pg 65)

Estes saberes ainda que de forma lenta, continuam sendo transmitidos nas comunidades Terenas, principalmente no que se refere à “reorientação dos fazeres Terena”. O fato dos jovens verem uma nova perspectiva de desenvolvimento nas comunidades Terena, não significa que haja um rompimento total da visão da juventude como os saberes dos anciãos. As técnicas ocidentais, na realidade vão entrando nas comunidades indígenas, porém são submetidas à outra lógica, como acontece na construção da casa, utilizando o material existente na mata ciliar. Percebe-se que há uma tendência natural a um “processo de negociação” entre o saber científico e o saber tradicional nas comunidades Terena, atualmente, onde este povo toma posse daquilo que é mais cômodo e com acabamento fino e menos prejudicial à Mata Ciliar, porque ele não vai ter trabalho de ir até a mata retirar a madeira, a palha para a cobertura de pose destas novas tecnologias ele, com a sua nova forma de uso, preservará o que foi deixado pelos seus pais e avós, a riqueza de um bem maior que é a PRESERVAÇÃO DA MATA CILIAR.

Para os Terenas este evento da guerra remete à ideia de reciprocidade negativa: enquanto participaram bravamente contra a ocupação paraguaia no sul do antigo Mato Grosso, no pós- guerra receberam, em contrapartida, por parte do Estado Nacional, o espólio de suas terras, a que se reflete até nos dias de hoje, obrigando-os a se reorganizarem culturalmente em uma pequena parte de seus territórios tradicionais. Durante este período, enfrentaram as mais variadas adversidades e conflitos e conviveram com as mais diferentes populações.

A conclusão que chegamos realmente o Terena não destrói a Mata Ciliar ou o “Barreiro” como é conhecida por eles, para eles ali é um lugar sagrado, se no momento não estão fazendo uso constante da mata para retirar o remédio, o material para construir suas casas, mas eles deixam um grande legado e o privilégio que ele tem em ensinar o seu filho, o seu neto, um legado deixado pelo seu pai, seu avó e quer que as crianças façam o mesmo, passando de geração a geração todo conhecimento de um rico saber que o ajudará algum dia da sua vida.

Bibliografia

AZANHA, G. As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul, *Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília*, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2006.

BARBOSA, N. B. H. Memorial sobre as terras do córrego Burity, *Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, Campo Grande*, 23/12/1927.

BARROS, P. L. C.; MACHADO, S. A. Aplicação do índice de dispersão em espécies de florestas tropicais da Amazônia Brasileira. Curitiba: FUPEF, 1984. 44p. (Série Científica, 1)

BELFORT, L. F. I. A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas em face da Convenção sobre Diversidade Biológica. Dissertação (Mestrado em Direito). 2006. UNB. Brasília.

ITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. A História do Povo Terena. MEC:Brasília, 2000.

CARVALHO, Silvia. "Chaco: O meeting-point dos povos." In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Ed. Segwarcs, 1992.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CUNHA, M. C. da. *Os direitos do índio : ensaio e documentos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

DIAS, Bráulio F.S. O papel das unidades de conservação face à convenção sobre a diversidade biológica e à Constituição Federal de 1988: uma análise conceitual hierarquizada. Brasília: Mimeo, 1994.

DIEGUES, Antonio C. S. *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito da natureza intocada*. São Paulo: Center for Research human Population and Wetlads in Brazil, 1993.

DURIGAN, G. & NOGUEIRA, J.C.B.: Recomposição de Matas Ciliares: Orientações Básicas, disponível em: [HTTP://www.bdt.fat.org.br/ciliar/sp/recomp](http://www.bdt.fat.org.br/ciliar/sp/recomp); 1990. Acesso em 10/08/2013.

GALLOIS, D. T. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discurso e práticas para pensar a tolerância. In: GRUPIONE, L. D. B.; VIDAL, L. B.; FISCHMAN, R. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp & UNESCO. 2001.

LITTLE, P. E. - Etnoecologia e direitos dos povos: Elementos de uma nova ação indigenista In: SOUZA LIMA, A.C., BARROSO-HOFFMANN, M. (org) Etnodesenvolvimento e políticas públicas, RJ, Ed. LACED, 2003.

LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivos de plantas arbóreas do Brasil, 2ª ed. Vol 2. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivos de Plantas Arbóreas do Brasil, 3ª Ed. Vol 1. Nova Odessa, SP; Instituto Plantarum, 2000.

MANGOLIM, Olívio. Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul: viveremos por mais quinhentos anos, CIMI/MS, Campo Grande, 1992.

MARTINS, R. G. Breve Painele Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul. 2ª ed. Ampliada e Revisada - UFMS: Campo Grande/MS. 2002.

MATTEUCCI, SD., COLMA, A. Metodologia para el estudio de la vegetation. Washington: The General. Secretariat of the Organization of American States, 1982.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976b.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da terra indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. HABITUS, Goiania, v9, n.1 p. 169-199, Jan/Jun. 2011

OLIVEIRA FILHO, J. P. – Ensaios de Antropologia Histórica, RJ, UFRJ, 1999.

Relatórios do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) disponível em http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf, acessado em 17/02/2012

PREZIA B.; HOORNAERT, E. Brasil Indígena : 500 anos de resistência. São Paulo, FTD, 2000.

SANTANA, C. R. – “Pacificando” o direito: desconstrução, perspectivismo e justiça no direito Indigenista, Dissertação de Mestrado, PUC/RIO, 2010

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. A natureza do espaço : técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. Geo Textos, Universidade Federal da Bahia, v. 1, n. 1, p. 139-151, 2005.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Processos de Territorialização – Entre a História e a Antropologia. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

ANEXOS